

QUENTIN SKINNER E PAUL RICOEUR: DO GIRO LINGUÍSTICO AO GIRO ÉTICO-POLÍTICO NA HISTÓRIA INTELECTUAL

Breno Mendes (mendes.breno@gmail.com)¹

Pedro Henrique Barbosa Montandon de Araújo (pedrobarbosa89@gmail.com)²

Texto recebido em / Text submitted on: 01/06/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 15/08/2016

Resumo: Nosso objetivo central é compreender as articulações entre o *giro linguístico* e o *giro ético-político* na história intelectual contemporânea por meio de análises dos principais aportes teórico-metodológicos trazidos pela *Escola de Cambridge* com Quentin Skinner e pela Hermenêutica com Paul Ricoeur. Após investigar a compreensão de cada vertente sobre a questão do sentido e da interpretação dos textos, terminamos nosso artigo com uma abordagem das implicações éticas do estudo da história intelectual.

Palavras-chave: Giro linguístico; Giro ético-político; Escola de Cambridge; Hermenêutica; Sentido.

Abstract: Our main purpose is to understand the articulations between *linguistic turn* and *ethical-political turn* in contemporary intellectual history through analysis of the main theoretical and methodological contributions brought by Quentin Skinner and Paul Ricoeur. After investigating each view's comprehension about the question of meaning and texts interpretations, we conclude our article with an approach of ethical implications of the study of intellectual history.

Keywords: Linguistic turn; Ethical-Political turn; Cambridge school; Hermeneutic; Meaning

E como ninguém sabe o que pode fazer antes de tentar, a única indicação para aquilo que o homem pode fazer é aquilo que já fez. O valor da história está então em ensinar-nos o que o homem tem feito e, deste modo, o que o homem é.

Robin Georg Collingwood – A ideia de História

¹ Doutorando em História/UFMG sob a orientação de José Carlos Reis. Bolsista CAPES/PROEX.

² Mestrando em História/UFMG sob a orientação de Heloísa Starling. Bolsista CAPES/PROEX.

Introdução: o giro linguístico

Nossa proposta consiste em explorar as contribuições trazidas por duas importantes escolas teóricas para a História Intelectual, a escola de Cambridge e a hermenêutica. A partir dos argumentos de Quentin Skinner e Paul Ricoeur nosso objetivo será captar um movimento promissor na história da historiografia contemporânea: a passagem do giro linguístico ao giro ético-político, ou, dizendo em termos ricoeurianos, a passagem do texto à ação. Para tanto, vamos nos concentrar nas categorias de sentido e interpretação do texto.

A guinada linguística possui múltiplos começos. Os historiadores franceses costumam explicar o linguistic turn como um movimento que emergiu no outro lado do Atlântico, nos Estados Unidos, e que, seguindo a trilha aberta por Saussure, concebe a linguagem como um sistema fechado de signos, cuja significação é produzida por si mesma, sem a consciência ou escolha do sujeito falante. Não é raro encontrarmos leituras redutoras ou simplistas do linguistic turn por parte dos historiadores a oeste do Reno. Para Chartier, existe nessa perspectiva teórica a “perigosa redução do mundo social a uma pura construção discursiva, a meros jogos de linguagem” (CHARTIER, 2002, p. 10).

Nos domínios da história, a virada linguística é empregada para designar um amplo feixe de trabalhos que afirmam o papel da linguagem na construção das identidades e das realidades sociais, em contraposição à ideia segundo a qual a linguagem serviria estritamente para representar a realidade como um medium neutro entre as palavras e as coisas. Nessa perspectiva, a realidade histórica não existe fora da linguagem, mas é por ela organizada e construída em um texto que deve ser decifrado. Assim, o historiador não se colocaria mais a tarefa de reconstituir um real pré-existente e independente da linguagem. Essa interpretação que associa o giro linguístico ao relativismo motivou uma recusa desse movimento pela maioria dos historiadores franceses que se detiveram sobre questões epistemológicas, como Chartier, Noirielle e Dosse (DELACROIX, 2010).

Todavia, é possível fazer uma outra leitura, mais abrangente que a francesa, sobre o giro linguístico. Nessa compreensão, a guinada linguística inclui um deslocamento epistemológico. A linguagem deixa de ser um objeto para estar na “esfera dos fundamentos” do conhecimento. Isso quer dizer que a pergunta que guiava a

filosofia moderna sobre as condições de possibilidade do conhecimento girou rumo à linguagem e se transformou em uma questão sobre as condições de a linguagem produzir sentenças intersubjetivamente válidas sobre o mundo.

A Escola de Cambridge: Quentin Skinner e a pragmática da linguagem

A filosofia do segundo Wittgenstein está na base da chamada Escola de Cambridge e nos permite abordar outra dimensão importante do giro linguístico para a história intelectual, a saber, a ligação intrínseca entre linguagem e ação. Em suas *Investigações filosóficas* (1953), o filósofo propõe que a atitude metafísica na análise da linguagem deva ser substituída por uma abordagem pragmática. Isso quer dizer que é preciso renunciar à tentativa de descobrir o que supostamente está oculto sob a linguagem e abrir os olhos para desvendar o modo como ela funciona.

A linguagem, nesta perspectiva, é uma atividade humana como andar, respirar ou comer, de modo que, a própria linguagem é considerada como uma forma de ação. O resultado disso é que não é possível pensar sobre o agir humano sem considerar a linguagem e vice-versa. Dessa forma, não há uma cisão entre a linguagem e a práxis social. Por isso, a pergunta sobre o significado das expressões linguísticas não deve ser respondida com uma reflexão teórica sobre a estrutura da linguagem, mas com uma investigação sobre o modo como ela funciona, sobre seus usos em um determinado contexto comunicativo.

Ora, as principais reflexões de Quentin Skinner (1940-) tornam-se mais compreensíveis à luz do ganho de auto-reflexividade em torno do discurso legado pelo giro linguístico. Para Lovejoy, iminente representante da história das ideias, embora existisse até uma mudança no significado das ideias, haveria um núcleo de sentido que permaneceria fixo e permitiria sua identificação com a *grande cadeia do ser*. Portanto, a grande missão do historiador das ideias era interpretar o cânone dos textos clássicos, principalmente, aqueles relacionados com moral, política e religião, vistas como formas constitutivas de uma sabedoria intemporal e ideias universais. A melhor abordagem dessas questões recorrentes seria “ler cada um dos textos clássicos como se tivessem sido escritos por um contemporâneo nosso” (SKINNER, 2005, p. 82).

Essa perspectiva da história das ideias foi duramente combatida por Skinner. Na esteira do segundo Wittgenstein, mas também de Austin e de Searle, o historiador de

Cambridge enfatizou a dimensão performativa da linguagem política. Um elemento central de sua crítica é a distinção entre *sentido* e *significado*. Se o segundo independe do contexto de enunciação, o primeiro não, uma vez que o *significado* é passível de apreensão no momento de sua leitura e o *sentido* não. Nesse instante, devemos nos lembrar do esforço de Derrida ao tentar compreender um fragmento textual de Nietzsche que continha somente a frase "Esqueci meu guarda-chuva": entender o *significado* da frase, de que o alemão teria esquecido seu utensílio, é de fácil acesso e gera pouca discussão; o mesmo não podemos dizer da tentativa de entender o *sentido* da sentença. As perguntas de Derrida pelo sentido dessa frase abordavam não o que as palavras diziam, mas sim como elas foram ditas, para quem e com qual intenção foram expressadas ou seja, o seu contexto de enunciação que está intimamente ligado ao sentido do proferimento. Uma frase esparsa, em meio a outros papéis com escritos de natureza e temas diferentes não compromete o significado, mas sim seu sentido. (DERRIDA, 1979, pp.128-131, apud: SKINNER, 2005, p.93). Assim, um dos equívocos da história das ideias de Lovejoy seria se concentrar demais nos conteúdos e *significados* das ideias, perdendo de vista seu sentido pragmático. Logo, para o autor de *Visões da política*, o exegeta não deveria buscar descobrir "a obra atrás da obra", como se houvesse uma instância pré-discursiva dada a ser restituída, ou, dizendo de outro modo, como se fosse possível "compreender o autor melhor que ele mesmo". Em suma, não há uma fenda transcendental a ser desvelada nas entrelinhas do discurso.

Em vez disso, a metodologia do *contextualismo linguístico* procura estar mais atenta às estratégias de ação usadas pelos autores para intervir nas questões relevantes à sua época. Torna-se fundamental considerar o contexto linguístico de enunciação, isto é, o conjunto de categorias disponíveis para a emergência das ideias. Assim, as práticas discursivas visam responder às perguntas importantes em seu universo conceitual. Reconstruir as condições de enunciação é uma maneira de historicizar os discursos e não tratar os conceitos como entidades abstratas e metafísicas (SKINNER, 2005; SANTOS e RANGEL, 2015).

Destacamos que a abordagem skinneriana privilegia a conexão entre discurso e ação, pois não procura alcançar apenas o *significado* das linguagens políticas, mas também o *sentido* que o autor atribuía às suas afirmações, ou seja, aquilo que os atores faziam enquanto falavam. Logo, conhecer o contexto histórico no qual um discurso foi

elaborado não resolve a questão, já que ele pode ser ambíguo e complexo. A história intelectual não deveria operar no registro de um textualismo a-histórico, nem de um contextualismo redutor. Tão importante quanto contextualizar historicamente é considerar o contexto pragmático no qual as ideias foram utilizadas e perceber quais as funções elas desempenharam, quais coisas poderiam ter sido feitas com elas. Enfim, entender os discursos como *atos de fala*¹ é um passo decisivo na superação do clássico dualismo entre ideias e realidade. “A única história das ideias que deve ser feita é a história dos usos a que as ideias estão sujeitas” (SKINNER, 2005, p. 123). Desse modo, a história não é algo externo e infenso aos modelos conceituais, pois a própria ação histórica é atravessada por uma ordem simbólica em seus estratos mais básicos. A história intelectual não está restrita ao plano das representações, antes, é parte constitutiva da ação.

Na nossa perspectiva, o aspecto mais controverso do pensamento de Skinner diz respeito a categoria de *intenção*. Um dos pontos centrais do seu novo programa da história das ideias propõe a compreensão da intenção do autor ao escrever para um determinado público. Nesta perspectiva, os textos clássicos não teriam o potencial de trazer algum tipo de orientação para a ação no presente, uma vez que eles visam responder a problemas de um período histórico específico e não às nossas inquietações contemporâneas. Diante desse programa, formulamos as seguintes questões: qual a legitimidade e a pertinência do estudo da história intelectual se ela não trouxer nenhum tipo de diretriz para as demandas atuais? Seriam esse tipo de historiografia curiosos antiquarismos do pensamento como afirmam Charles Tarlton e John Gunnell? (TARLTON, 1973, p.314; GUNNELL, 1982, p.327)

Respeitando a sua própria crença na validade dos *atos de fala*, e portanto na perlocução de cada texto, Skinner se dispõe a responder a essas perguntas de acordo

¹ Austin, na esteira de Wittgenstein II, considera que é o uso das palavras que determina seu sentido. No entanto, ele buscou ser mais sistemático que o autor das *Investigações filosóficas* cunhando o conceito de *atos de fala* (*speech acts*) para tematizar como é possível *fazer coisas com palavras*. Além dos enunciados constativos que fazem descrições linguísticas verificáveis, há aqueles enunciados que não constata, mas antes, executam ações. Determinadas expressões, quando proferidas em determinadas condições convencionadas socialmente, significam a execução de uma *ação*: “Por exemplo: 1. Digo sim no casamento ao juiz ou ao padre; 2. Batizo um navio com o nome de Rainha Elizabeth ao quebrar uma garrafa no casco do navio; 3. Deixo meu relógio para meu irmão como parte do meu testamento; 4. Aposto cinco reais que amanhã chove. (...) Quando digo, por exemplo, prometo estudar inglês, estou executando o ato de prometer. Não se trata da execução de um ato intencional, interno, espiritual, mas, simplesmente da execução de um ato específico (OLIVEIRA, 2006, p. 152. Grifo nosso).

com a natureza de cada um dos seus textos. Em seu *Liberdade Antes do Liberalismo*¹, ele argumenta que tendemos a olhar a política sempre pela nossa tradição político-intelectual, sendo a sua metodologia em história das ideias, uma forma de exorcizar a força dessa influência por meio de um diálogo com outros tempos, explicitando as normatividades dos valores que embasam a disputa política da nossa própria época, nos desnaturalizaríamos de nosso tempo para pensa-lo de outra forma. Esse seria o primeiro passo para, aproximando-nos de uma vaca, ruminarmos as bases do pensamento que se apresenta em nosso cotidiano, tendo consciência da sua germinação e historicidade, revitalizando as tensões do momento de sua formulação e escolha. (SKINNER, 1999, p.116-117)

Anteriormente, em seu artigo *Meaning and Understanding in the History of Ideas*, de 1969, em que Skinner direcionava suas críticas aos rumos que a teoria política estaria trilhando, ele é enfático ao dizer que deveríamos começar a pensar os problemas do nosso tempo por nós mesmos, ao invés de atribuí-los a questões perenes e atemporais da filosofia política. Na virada do século o historiador em questão compila o seu livro *Visões da Política* revisando seus antigos artigos sobre a metodologia em história das ideias e, como parte do processo, alguns trechos do *Meaning and Understanding* são modificados, de forma a clarificar sua argumentação. Porém, a parte de defesa da utilidade de seus métodos permanece a mesma, adicionando, apenas, em outros capítulos, novos ou revisados, outras justificativas. É este o caso de seu capítulo 7, *Interpretation and Understanding of Speech Acts*, no qual, em uma defesa da possibilidade de se apreender a intencionalidade autoral, Skinner justifica, em tom parecido com do seu texto *Reply to My Critics*, que aprender a pensar em outras tradições e valores políticos, como os de um passado pouco semelhante, nos ajudariam a ter maior tolerância com diferenças políticas do nosso próprio tempo. (SKINNER, 2005, p.125)

Inseridos em querelas acadêmicas, os capítulos 8, 9 e 10 dão outras justificativas, estas em combate a uma visão herdeira da impossibilidade da criação autoral dentro de uma estrutura linguística determinada. Para o autor, a linguagem tem o caráter dúbio de restringir nossa fala, ao mesmo tempo em que é possibilitadora de inovações, ao ser

¹ Nessa obra há uma pesada crítica ao liberalismo de Isaiah Berlin e à sua famosa apropriação da diferenciação de Benjamin Constant entre Liberdade Negativa e Liberdade Positiva. Como solução Skinner proporá uma nova forma de se pensar liberdade, como não dominação.

moldável, possibilitando um esforço criativo do autor. O mesmo aconteceria nos textos acadêmicos, o que mostraria a validade do estudo também para a própria produção universitária.

Enxergando que parte dessas críticas também surgiam do incômodo que se gerava falar de intencionalidade autoral, Skinner se esforça em explicar o que ele entende por *intencionalidade*. Para tanto, ele traz o debate para o terreno da linguagem comum, expressa na diferenciação de três tipos de *meaning*¹. O *meaning 1* se concentraria no *significado* textual das palavras, algo comum quando nos interrogamos sobre o *significado* de uma ou mais expressões, num determinado texto. Para o autor de *Liberdade antes do liberalismo* é desse *meaning* que Beardsley dispõe ao dizer que um crítico literário deve se ater ao *significado* das palavras e versos poéticos, evitando a vã tentativa de se investigar o que o autor quis dizer. (SKINNER, 2005, p.91)

Em contraste, o *meaning 2* nasceria justamente da afirmação da impossibilidade de se resgatar a intencionalidade original do autor. A proposta será deslocar a preocupação em se entender as palavras para a de compreender o processo de interpretação textual. Por parte da crítica literária temos o exemplo de Wolfgang Iser, iminente representante da *estética da recepção*, com sua tese de que, apesar da intencionalidade autoral existir, no processo de seleção e edição de seus escritos, por meio da supressão, valorização ou enfoque de elementos e temas, seria o leitor que finalizaria o significado do texto ao trazer aquilo que foi lido para o seu mundo, imerso num imaginário próprio de seu tempo. (ISER, 1983; 1996, p.75)

Diferenciando os dois *significados* de um terceiro é que Quentin Skinner crava a unicidade de seu *contextualismo linguístico*. O seu objetivo seria analisar o *sentido* que foi proferido textualmente e não o *significado* do que foi expressado. Para se fazer entender, o autor relembra o leitor das características dos discursos em Austin: seu caráter locucionário, ilocucionário e perlocucionário.² Se numa análise textual é possível adentrar nos meandros do que foi dito, e assim a maioria dos hermenutas o fazem, também seria possível analisar a perlocução de um texto, se ele instiga alegria, tristeza, entusiasmo ou persuasão ao destinatário. Skinner se interessa, no entanto, pela força

¹ Optamos por não traduzir o conceito de *meaning* pelo seguinte motivo: em *meaning 1*, ele se aproxima da acepção de significado, enquanto que, em *meaning 3*, está mais perto da concepção de *sentido*.

² Por ato locucionário Austin entende o simples ato de proferir (of saying) algo; O ato ilocucionário seria a ação enquanto se diz (in saying) algo e o perlocucionário é referente aos efeitos produzidos no interlocutor pela fala (by saying) do locutor, como alegria, tristeza, comoção, etc.

ilocucionária de um discurso, se perguntando da intenção do autor em escrever o que foi escrito. Faz-se necessária a ressalva de que o historiador em questão não se interroga pelo *significado* proposital das palavras e sentenças utilizadas, tão pouco pelos motivos externos que levaram o autor a escrever o que escreveu, seu foco está no que o autor estava *fazendo com aquele proferimento*, se atacava ou defendia alguma doutrina, se refutava ou complementava o discurso de um colega. Para além de uma preocupação com o *significado* do que foi escrito, o *meaning 1*, ele incorpora na análise uma investigação do *sentido* do discurso, *meaning 3*. É desse ponto de vista que o historiador de Cambridge erige as suas mitologias,¹ numa crítica a interpretações que desprezam a direção em que os textos foram escritos para ajuntá-los em doutrinas políticas ou em uma obra condensada do autor, com somente um *sentido* específico.

Para tanto, admite o historiador de Cambridge, é necessário contemplar dois campos: o das convenções linguísticas em que o autor está inserido e usa para construir seus argumentos e, com o empréstimo do conceito de Cornelius Costoradiis, o campo do imaginário social, com o alcance das representações sociais do tempo a ser estudado e seus símbolos. (SKINNER, 2005, pp.101-102). Aliás, o próprio Skinner, em uma entrevista recente, redescreveu o argumento da *intenção*. A *intencionalidade* do autor não adviria, portanto, de se adentrar na mente do agente e reconstituir o seu foro íntimo, também não viria do ato de se repensar o que foi pensado. Pelo contrário, o objetivo era compreender a intenção como um *ato de fala*:

Intenções são formas de descrever ações. A intenção com que agi identifica o ato como pertencente a um certo tipo de atos. A intencionalidade está na ação. O ato de acenar os braços como forma de cumprimento é diferente de acenar os braços como forma de aviso, embora o gesto possa ser idêntico” (SKINNER, 2014, p. 12. Grifo nosso).

Do discurso à ação: a hermenêutica de Paul Ricoeur e o giro ético-político

¹ As mitologias propostas por Skinner são erros metodológicos que levam o pesquisador a análises anacrônicas de textos. São elas: a “mitologia da doutrina”, em que o pesquisador reuniria textos de intencionalidades diferentes numa doutrina, que exterior ao autor, explicaria sua obra; “mitologia da coerência”, que consiste na crença de uma coerência autoral e não textual, negando a possibilidade de contradição autoral entre textos diferentes; “mitologia da prolepse”, uma tendência a interpretar o enunciado autoral com informações póstumas, numa espécie de teleologia e, por último, a “mitologia do paroquialismo”, que faria de uma tentativa de se familiarizar um texto cronologicamente distante, nas linguagens e categorias do pesquisador, um erro metodológico de se entender o texto de um modo não formulado no próprio texto.

Acreditamos que a hermenêutica do filósofo francês Paul Ricoeur (1913-2005) pode aportar importantes argumentos para o atual debate da História Intelectual. Talvez, o caminho mais fácil fosse comparar as semelhanças, mas, sobretudo, as diferenças entre o contextualismo de Skinner e a história dos conceitos de Koselleck. Neste atalho de pensamento bastaria caracterizar a primeira vertente a partir de um viés sincrônico e pragmático, ao passo que a segunda teria uma ênfase diacrônica e semântica. Entretanto, acreditamos que uma outra abordagem é possível. Uma das razões para a escolha da hermenêutica de matriz ricoeuriana é que ela parece estar mais aberta para o diálogo com a tradição anglo-saxã do que a hermenêutica de Gadamer ou mesmo a história dos conceitos de Koselleck. A obra *O Discurso da ação* (1977) reúne o conteúdo das aulas ministradas por Ricoeur em cursos ministrados no âmbito do CNRS entre 1974 e 1977. Naquela ocasião, o filósofo contribuiu para a disseminação de autores da filosofia analítica da linguagem como Austin e Searle no contexto francês. Seu projeto era integrar a tradição analítica e a continental em um projeto comum. Essa ambição é importante para nossos propósitos, pois, conforme Roger Chartier observa, uma das grandes dificuldades da História Intelectual é a elevada especificidade nacional das reflexões, que dificulta a interação entre as diferentes correntes de pensamento (CHARTIER, 2002).

A leitura ricoeuriana sobre a filosofia da linguagem dos herdeiros do segundo Wittgenstein é bastante elogiosa. Na contramão do estruturalismo de Saussure, os anglo-saxões realizaram o giro linguístico sem reduzir a questão do sentido à relação arbitrária entre significante e significado. Os atos de fala propõem que o sentido seja determinado pelo uso, logo, os discursos tem uma dimensão performativa na realidade e não estão enclausurados no campo dos signos. Afinal de contas, “só queremos clarificar a linguagem para melhor analisar a experiência” (RICOEUR, 2012, p. 149). Além disso, em meio ao contexto filosófico do positivismo lógico, a ideia que existe *sentido* não apenas nas proposições descritivas e verificadas empiricamente é outra conquista importante. Afinal, a História Intelectual também aborda discursos performativos que são uma proposta de intervenção política na realidade e não apenas enunciados passíveis de verificação empírica.

Todavia, Ricoeur não deixa de apontar as limitações da tradição analítica. Embora ofereça um relevante aparato para a análise conceitual dos discursos nos quais o homem

diz o seu fazer ela não reflete sobre o jogo de linguagem em que as próprias ideias estão inseridas. Logo, a descrição do discurso da ação seria o impulso para um passo adiante, a saber, a reflexão do campo ético-político. Dizendo de modo mais claro, a rede conceptual da ação trabalhada pela Escola de Cambridge opera com noções como intenção, motivo e agente que são fundamentais para os predicados éticos (RICOEUR, 2012). A teoria dos *atos de fala* permite, por exemplo, a referência a um agente responsável pelas ideias enunciadas publicamente. Se é possível fazer coisas com as palavras também existe a capacidade de atribuir a ação a um autor responsável.

Depois da virada linguística ter contribuído para a desnaturalização da relação entre o texto histórico e a realidade do passado é possível pensarmos, atualmente, em um giro ético-político. Agora a ênfase pode recair na articulação valorativa entre as palavras e a vivências. Os discursos analisados pela História Intelectual nos parecem fornecer um rico material para a pensarmos a ética e a política, entendendo ética como uma preocupação acerca do mundo que habitamos com suas determinações próprias, e política, como a atuação e posicionamento, por meio de ideias e discursos, na esfera pública (SANTOS e RANGEL, 2015).

A hermenêutica, tradição filosófica à qual Ricoeur reivindica pertencimento, desde sua definição clássica como a arte de ler e interpretar textos, está intimamente ligada à linguagem. Mesmo quando ainda era compreendida como uma técnica auxiliar, a hermenêutica tinha como um de seus propósitos a compreensão do sentido de um texto por meio de uma mediação operada pela linguagem. Um dos pontos de partida para que haja um problema hermenêutico é a polissemia das palavras, quando estas são consideradas fora de seu uso em um determinado contexto (RICOEUR, 2008).

Friederich Schleiermacher (1768-1834) – autor que é apontado como protagonista de uma revolução copernicana no campo hermenêutico¹ – fazia da polissemia o mote da interpretação. Segundo ele, para que haja hermenêutica, é necessário que haja uma ambiguidade no sentido das palavras. Essa multiplicidade de significados gera o ‘mal-entendido’, a ‘não compreensão’² que a interpretação visa

¹ Esta revolução consiste no fato de Schleiermacher ter deslocado o eixo da interpretação do objeto para o sujeito. Assim, a hermenêutica deixa de ser determinada pela natureza heterogênea de seu objeto (fossem eles textos da antiguidade clássica, textos teológicos ou jurídicos) para ser marcada pela estrutura do sujeito ou espírito em sua unidade. Daí se seguiu uma tentativa de apontar regras de interpretação que fossem aplicáveis aos distintos *corpora* textuais.

² Segundo Grondin, antes de Schleiermacher a hermenêutica buscava interpretar principalmente as passagens *obscuras* dos textos. Este autor, porém, universaliza o mal-entendido, dizendo que ele está

superar ao “compreender um autor tão bem, ou melhor, do que ele do compreendeu a si mesmo” (SCHLEIERMACHER *apud* RICOEUR, 2008, p. 27). Para esse autor, o ofício interpretativo se dava em duas vias:

1^a) *Interpretação gramatical*: nessa via, “o homem, com sua atividade, desaparece e surge apenas como órgão da língua” (SCHELEIERMACHER, 2001, p. 93). Ela busca compreender uma expressão ou uma obra como parte do *contexto linguístico* de uma época que é comum ao autor e ao leitor primitivo.

2^a) *Interpretação técnica ou psicológica*: nessa via, “a língua, com seu poder determinante, desaparece e surge apenas como órgão do homem” (SCHELEIERMACHER, 2001, p. 93). Ela busca compreender a individualidade da obra e a particularidade estilística do autor remontando ao espírito que anima e dá feição ao texto (DOMINGUES, 2004). Nessa etapa, visa-se à compreensão do espírito que é trazido à tona e expresso pela linguagem.

Essas duas vias do trabalho de interpretação apontadas por Schleiermacher mostram que a hermenêutica visa compreender o *sentido* de um discurso como a expressão de algo que foi pensado *por meio da* linguagem. A compreensão não tem outro objeto senão a linguagem e “tudo o que deve ser pressuposto na hermenêutica é apenas a linguagem” (SCHLEIERMACHER, *apud* GRONDIN, 1999, p. 125). Com efeito, o esboço do método interpretativo desenhado anteriormente remete a uma dupla concepção de linguagem. Na *interpretação gramatical*, a linguagem é tomada em sua acepção supraindividual, ou seja, ela é vista como uma totalidade que envolve tanto o autor como ao seu público original. Nesse momento, o *sentido* da obra será compreendido como uma expressão desse *contexto linguístico* compartilhado, e não como uma manifestação da alma do autor. Todavia, para a hermenêutica de Schleiermacher, o *sentido* expresso na linguagem não apresenta somente essa dimensão supraindividual e anônima. A linguagem é também testemunho de uma alma individual. Na *interpretação técnica ou psicológica*, a visão sintática e formal da linguagem é ultrapassada em direção à compreensão do espírito individual do autor que se expressa por meio da linguagem (GRONDIN, 1999). Essa alma individual é que confere a especificidade do estilo que cada autor imprime em sua obra.

presente em cada ponto do texto. A consequência é que nenhuma interpretação é definitiva, nenhuma dissolve esse fundo de não compreensão (GRONDIN, 1999).

Uma reflexão ricoeuriana que pode ser profícua para a História Intelectual, sobretudo, projetando um possível diálogo com a *Escola de Cambridge* é sua noção de *discurso*. Como veremos adiante, o filósofo francês sustenta que o *texto* é a fixação de um *discurso* por meio da escrita. O conceito de *discurso* está construído sobre quatro pontos que podem ser assim sintetizados: *alguém diz alguma coisa sobre algo a alguém*. Nos vértices desse quadrilátero discursivo estão, respectivamente, os conceitos de *locutor*, *sentido*, *referência* e *interlocutor*. O quadrilátero discursivo ricoeuriano reintroduz uma dupla referencialidade no campo da linguagem que não estava contemplada na linguística estrutural: a referência ao mundo e a referência ao sujeito (HENRIQUES, 2002). Ricoeur lança mão da dialética entre *sentido* e *referência* estabelecida pelo alemão Friedrich Gottlob Frege, filósofo e matemático considerado fundador da lógica moderna. De acordo com Ricoeur, apenas no nível da frase é possível marcar a diferença entre “o que se fala” (*sentido*) e “aquilo sobre o que se fala” (*referência*) (RICOEUR, 1976).

Assim, o *sentido* de uma frase, *o que é dito*, é imanente ao discurso; já a *referência* indica o movimento no qual a linguagem transcende a si mesma. O *sentido* é o modo pelo qual designamos o objeto. Uma mesma realidade pode ser denotada por *sentidos* distintos, por exemplo: “O bruxo do Cosme Velho”, “O autor de *Dom Casmurro*” e “Machado de Assis” são significações diferentes que têm a mesma referência. Por outro lado, um mesmo *sentido* – “o rei da França é calvo” – pode ter mais de uma referência, dependendo do ocupante do trono. Para que uma realidade seja denotada pelo locutor, ele precisa recorrer ao sentido, ao significado linguístico. O sentido é traspassado pela intenção de referência do locutor (RICOEUR, 1976).

A outra face da *referência* aponta para o locutor, para o sujeito. Afinal, é ele que, ao falar, refere-se ao mundo. Sua experiência de ser-no-mundo fornece a condição ontológica que terá sua expressão na linguagem. Na hermenêutica ricoeuriana, a linguagem é abertura e mediação para a compreensão da experiência vivida. Em sua visão, “a própria linguagem, enquanto meio significante, exige ser referida à existência” (RICOEUR, 1978, p. 18). Se na linguística estrutural a significação resulta apenas da interação entre significante e significado, na teoria de Ricoeur, o sujeito é o portador da significação (HENRIQUES, 2002).

Ora, nesse sentido, parece haver uma convergência entre a hermenêutica ricoeuriana e a performatividade da linguagem assumida por Skinner. Na esteira do giro linguístico, para ambos, a linguagem não é um reflexo da realidade, mas também não é descolada desta. A linguagem possui uma ancoragem no real, já que, como dizia J. Austin, é possível fazer coisas com as palavras; mas também, como salienta os argumentos hermenêuticos, a linguagem é uma mediação para a compreensão da experiência vivida, faz parte da condição originária da existência humana¹.

A noção de *interpretação* trazida por Schleiermacher – abordada por nós acima – sofreu pesadas críticas que apontavam como principal limitação da hermenêutica seu viés intuicionista, psicologista e subjetivista (DOMINGUES, 2004). Um dos principais aportes que Ricoeur pode trazer à História Intelectual é sua compreensão do que é um *texto* e da compreensão do seu *sentido*. Se uma das principais críticas ao paradigma hermenêutico repousava na acusação de psicologismo dirigida à compreensão empática, o enxerto da explicação estrutural na hermenêutica foi realizado por Ricoeur justamente com a ambição de “despsicologizar” a noção de compreensão. Tomaremos como base para discussão desses pontos seu ensaio “O que é um texto?” (1970). Neste ensaio, segundo o próprio filósofo, ele revê seu conceito de hermenêutica, que até então, estava relacionado à noção de símbolo, entendido como expressão de duplo sentido.

Na hermenêutica ricoeuriana, *texto* é a fixação ou substituição do *discurso* oral pela escrita. Essa noção de texto, segundo Ricoeur, demanda uma nova abordagem da dualidade proposta por Dilthey entre a explicação (a princípio limitada às ciências da natureza) e a compreensão (a princípio restrita às ciências do espírito). A proposta ricoeuriana é que, entre ambas, a relação não seja antinômica, mas de complementaridade e reciprocidade (RICOEUR, 1986).²

¹ Não que tudo seja linguagem, como é dito às vezes, com excesso, nas concepções em que a linguagem perdeu sua referência ao mundo da vida, àquele da ação e comunicação entre as pessoas. Mas, se nem tudo é linguagem, tudo, na experiência, não adquire *sentido* senão sob a condição de ser levado à linguagem. (RICOEUR, 1992,p.209).

² Para tomar o cuidado de não sermos anacrônicos, diríamos que, no contexto do século XIX, a distinção entre explicação e compreensão era importante para o projeto diltheyano de fundamentação das ciências humanas. No século XX, estas ciências já estavam fundamentadas, o que demandava, portanto, uma revisão a respeito da dicotomia em questão.

Ele aponta para duas vias possíveis de análise dos textos: a explicação estrutural que suspende tanto o referente externo como a figura do autor¹ e se concentra em suas relações internas, suas estruturas; a abordagem interpretativa hermenêutica que não toma o texto como uma estrutura fechada em si mesma, mas o restitui ao diálogo e a comunicação viva, interpretando-o. Segundo Ricoeur, a explicação estrutural não apenas é possível, como é legítima². Ao tratar o texto em suas estruturas internas, a linguística contrariaria Dilthey, mostrando como é possível adotar procedimentos explicativos nas ciências humanas sem que isso signifique a importação de modelos epistemológicos das ciências da natureza. A explicação empregada pela ciência da linguagem provém do campo *signos*, isto é, do interior das humanidades e não está relacionada à dedução de leis gerais (RICOEUR, 1986). Em suma, é um “enfoque objetivante, analítico, explicativo, do texto, segundo uma concepção não causal, mas estrutural da explicação” (RICOEUR, 2007, p. 53).

Uma outra possibilidade de análise textual é a via interpretativa, hermenêutica, que abre espaço para a significação e os múltiplos sentidos, para que seja encadeado um discurso novo no discurso do texto, já que ele não está fechado em si mesmo. Nessa vertente, o leitor apropria-se do texto e compreende melhor a si mesmo. A compreensão de si passa pelo caminho da compreensão dos *signos* de cultura. Esse processo ocorre no momento da leitura quando o texto sai de seu “quase-mundo” sem sujeito e retorna ao mundo da ação, ao mundo da vida, onde o sujeito é o leitor (RICOEUR, 1986).

Embasado nessas posições, Ricoeur irá propor seu conceito de interpretação. Nele, a noção de *apropriação* tem um lugar de destaque. Por *apropriação* o filósofo francês entende que “a interpretação de um texto se completa na interpretação de si de um sujeito que doravante se compreende melhor, se compreende de outro modo, ou mesmo começa a se compreender” (RICOEUR, 1986, p. 152). Aqui, a análise estrutural também desempenha um papel importante, pois é concebida como uma etapa

¹ “A escrita torna o texto autônomo em relação à intenção do autor. O que o texto significa já não coincide com aquilo que o autor quis dizer. Significação verbal, quer dizer, textual, e significação mental, quer dizer, psicológica, têm, doravante, destinos diferentes” (RICOEUR, 1986, p. 111).

² A *Escola de Cambridge* também não é alheia à essa abordagem. Apesar de John G. A. Pocock se preocupar em analisar ideias sob uma estrutura linguística próxima da de Saussure, em que homens são imersos em linguagens e nelas modificam ideias a partir de suas próprias características e lances, Quentin Skinner, como enfatiza Elias Palti, parece se concentrar nas individualidades, nos momentos em que certos personagens desafiam o próprio tempo no ímpeto de redescrevê-lo. Nesse ponto há um distanciamento entre os dois historiadores de Cambridge. Para mais sobre Pocock (POCOCK, 2003; JASMIN, 2005, p.29; AMBROSINI, 2013). Para mais sobre Elias Palti (PALT, 2010).

necessária entre uma interpretação ingênua, psicologizante e superficial e outra interpretação, crítica e profunda.

A intenção de Ricoeur com isso é colocar explicação e compreensão (interpretação) em um mesmo arco hermenêutico, integrando-as, sem antagonismos entre si, numa concepção de leitura como retomada de *sentido*. A análise estrutural é importante para o filósofo na medida em que ela convida a compreender o texto não por um desvendamento divinatório da intenção de foro íntimo do autor, mas pelas suas próprias regras, por suas estruturas intratextuais. Explicar um texto é destacar suas estruturas, suas relações internas de dependência que constituem sua dimensão estática. Interpretar um texto é trilhar o “caminho de pensamento” aberto por ele, é se colocar em marcha rumo a seu referente. É no momento da leitura que explicação e interpretação se entrelaçam (MENDES, 2013).

Considerações finais: a historicidade do sentido

Para finalizar, vejamos quais seriam as implicações mais diretas para a História Intelectual do diálogo que estamos propondo entre a Escola de Cambridge e a matriz hermenêutica no seio do giro ético-político. O problema da *historicidade* será a pedra de toque para este projeto, sendo que, na nossa leitura, ambas as vertentes apontam para a dimensão valorativa, ética, da relação entre o discurso e a ação. No entanto, antes de mais nada, precisamos fazer alguns esclarecimentos. Em primeiro lugar, não queremos apresentar o giro ético-político como uma superação do giro linguístico. Pelo contrário, acreditamos que o primeiro é um desdobramento possível graças ao caminho aberto pelo segundo, ou seja, um não se esgota no outro; a segunda elucidação demandará uma reflexão um pouco mais acurada, já que parte de questões fundamentais: “incluir a ética na História Intelectual não nos levaria a contaminar os estudos históricos com considerações alheias às preocupações estreitamente historiográficas? Ou ainda, se as preocupações éticas do tempo presente condicionarem a investigação histórica isso não comprometeria nossa compreensão do passado? Dizendo de outra forma, se as orientações normativas que buscamos extrair já estão pressupostas no ponto de partida, nada do que se descobrisse iria afetar o que já se pressupõe e a pesquisa histórica seria, sempre, autoconfirmatória.

Tais questionamentos são pertinentes a ponto de quase colocar em xeque nosso projeto. Começamos pelo primeiro obstáculo. No nosso ponto de vista, a inclusão da ética nas preocupações historiográficas não compromete as ambições epistemológicas da História Intelectual. É preciso ficar claro que não está em jogo a descoberta na tradição das ideias políticas de alguma norma universalizante, a-histórica, aplicável a qualquer contexto, mas sim a avaliação das ações e discursos realizadas pelos homens no tempo em situações concretas e singulares. Isso significa, tão somente, que a análise historiográfica não pode sustentar uma cisão estrita entre *juízo de fato* e *juízo de valor*, pois ela jamais atinge uma neutralidade ou grau zero de valoração ética. A pesquisa histórica, que emerge do campo prático das ações humanas – já dotado de valorações – visa retornar a ele no ato de leitura. Em suma, se o historiador não deve fazer do passado um repositório de lições de moral, à moda história *magistra vitae*, tampouco, deve cortar os vínculos entre a escrita da história e o mundo da vida prática. Ele não deve ser furtar a sopesar os efeitos éticos que as proposições históricas são capazes de gerar hoje sem perder de vista as especificidades do momento presente e sem incorrer num anacronismo descontrolado.

Voltemos ao problema da historicidade. Ele parece nos fornecer bons argumentos em relação ao nosso segundo obstáculo: “se as orientações normativas que buscamos extrair já estão pressupostas no ponto de partida, nada do que se descobrisse iria afetar o que já se pressupõe e a pesquisa histórica seria, sempre, autoconfirmatória”. Estamos diante do fantasma que atormenta diuturnamente o historiador: o anacronismo. No caso do contextualismo de Skinner a compreensão da historicidade traduz-se em um combate ao anacronismo que procura evidenciar a especificidade histórica e linguística das ideias políticas. No caso da hermenêutica ricoeuriana a historicidade envolve a compreensão de ser-afetado-pelo passado na interação entre o mundo do texto e o mundo do leitor. Assim, a apropriação abre espaço para que seja encadeado um novo discurso da ação no sentido proposto pelo texto, já que ele não está fechado em si mesmo. Nessa vertente, os leitores apropriam-se do texto e compreendem melhor a si mesmos em sua condição histórica (RICOEUR, 1986). Nos termos de Quentin Skinner, enquanto Ricoeur se preocuparia, principalmente, com o *meaning 2*, ou seja, com a recepção, ele próprio se preocupa, fundamentalmente, com o discurso em sua ação. Não haveria, portanto, na nossa abordagem, uma contradição entre os autores:

Skinner não nega a força da recepção, assim como Ricoeur não nega a existência da intencionalidade autoral, mas o enfoque de cada um dos dois os levam a matizar a preocupação do outro. (SKINNER, 2005, p.92, 96) Para a hermenêutica ricoeuriana, interpretar os textos analisados pela História Intelectual seria trilhar o “caminho de pensamento” aberto por eles, compreender quais são suas estratégias de intervenção no mundo por intermédio das práticas discursivas¹.

Enfim, nosso projeto visa sugerir um diálogo proveitoso entre a Escola de Cambridge e a hermenêutica que não apague as peculiaridades de cada vertente. Assim como Koselleck (2006), acreditamos que um dos grandes desafios da modernidade é a perda do vínculo entre história e a vida prática depois do enfraquecimento do topos da história *magistra vitae*. O contextualismo de Skinner poderia nos auxiliar no aprendizado do passado pela diferença, mostrando a importância de olharmos para um mundo diferente do nosso com outros sistemas de crenças e práticas discursivas. De forma complementar, a hermenêutica ricoeuriana aposta no aprendizado pela correlação entre as inquietações do presente e os projetos do passado. O desejo é que os leitores sejam também autores da sua própria história, pois a apropriação dos textos de outrora é, simultaneamente, uma experiência de pensamento na qual exercitamos a capacidade de habitar mundos distintos dos nossos, mas também a recepção de um novo impulso para a ação, uma provocação para sermos e agirmos de outro modo em nosso mundo (MENDES, 2014).

¹ “A linguagem não é um mundo próprio. Nem sequer é um mundo. Mas, porque estamos no mundo, porque somos afetados por situações e porque nos orientamos mediante a compreensão de tais situações, temos algo a dizer, temos a experiência para trazer à linguagem” (RICOEUR, 1976, p. 32).

Referências Bibliográficas

- AMBROSINI, Diego Rafael. As "viradas" linguística, histórica e interpretativa: novos paradigmas teóricos em História das Ideias e a relação estrutura/agência. In: Ostrensky, Eunice & Tierno, Patricio (orgs.). Teoria, Discurso e Ação Política. São Paulo, Editora Alameda, 2013.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certeza e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.
- DELACROIX, Christian. Linguistic Turn. In: DELACROIX, Christian et al. (Ed.). *Historiographie. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2011. v. 1.
- DOMINGUES, Ivan. *Epistemologia das ciências humanas: Tomo 1: Positivismo e Hermenêutica. Durkheim e Weber*. São Paulo: Edições Loyola: 2004.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. 11. ed. Trad. Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2013.
- GRONDIN, Jean. *Introdução à hermenêutica filosófica*. Trad. Benno Dischinger. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.
- GUNNELL, John G. Interpretation and the History of Political Theory: Apology and Epistemology. *American Political Science Review*. vol. 76, 1982, pp. 317-27.
- HENRIQUES, Fernanda. *A concepção da linguagem na fenomenologia hermenêutica de Paul Ricoeur*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA AFFEN: A FENOMENOLOGIA HOJE, 1., 2002, Cõvilha. *Actas...* Cõvilha, 2002.
- ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In: LIMA, Luiz Costa. *Teoria da Literatura em Suas Fontes*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.
- _____. *O Ato de Leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, 1996, v.1.
- JASMIN, Marcelo Gantus. "História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20. n.57. Fev/2005. pp.27-38.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Contraponto, 2006.
- MENDES, Breno. Paul Ricoeur e a narrativa historiográfica: para além do debate epistemológico, a dimensão ética. In GARCIA, Fernando; MENDES, Breno; VIEIRA, Andrea. *Teoria da história em debate: modernidade, narrativa, interdisciplinaridade*. Jundiaí: Paco editorial, 2014.

- _____. *A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: Linguagem, narrativa e verdade*. 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, 2013.
- OLIVEIRA, Manfredo. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- PALTI, Elias. La revolución teórica de Skinner, y sus límites. *Revista Internacional de Filosofía Política*, 34, p. 251-265, 2010.
- POCOCK, John. G. A. O Conceito de Linguagem e o Métier D'Historien. In: POCOCK, John G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo, Edusp, 2003.
- RICOEUR, Paul. *O discurso da ação*. Introdução e notas de Gonçalo Marcelo. Lisboa: Edições 70, 2012.
- _____. *Hermenêutica e ideologias*. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. *Autobiografía intelectual*. Trad. Patrícia Wilson. Buenos Aires: Nueva Visión, 2007a.
- _____. *Du texte à l'action*. Paris: Seuil, 1986.
- _____. *Lectures 2. La contrée des philosophes*. Paris: Seuil, 1992b.
- _____. *O conflito das interpretações*. Ensaios de hermenêutica. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- _____. *Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1976.
- RORTY, Richard. *El giro lingüístico. Dificultades metafísicas de la filosofía lingüística*. Trad. Gabriel Bello. Barcelona: Ediciones Paidós, 1990.
- SANTOS, Fábio Murici dos. RANGEL, Marcelo de Mello. Algumas palavras sobre giro ético-político e história intelectual. *Revista Ágora*. Vitória, nº21, 2015, p. 7-14.
- SCHELEIERMACHER, Friederich. *Hermenêutica*. Arte e técnica da interpretação. Tradução e apresentação de Celso Reni Braida. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade Antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- _____. *Visões da política*. Algés-Portugal: DIFEL, 2005.
- _____. Sobre significado e método. Entrevista com Quentin Skinner. *Revista formas de vida*. Lisboa, nº 4, maio de 2014.

TARLTON, Charles D. Historicity, Meaning and Revisionism in the Study of Political Thought. *History and Theory*. vol. 12, 1973, pp. 307-328.